

“A gente combinamos de não morrer”: necropolítica e produção artística

Victor Hugo Neves Oliveira

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, PB, Brasil
dolive.victor@gmail.com
orcid.org/0000-0003-2622-1277

Resumo | Este artigo busca discutir como o racismo estruturado na sociedade brasileira funciona como poderosa tecnologia cultural que fundamenta privilégios e exclusões no panorama da vida social. Nosso interesse é compreender as articulações desenvolvidas por grupos dominantes na elaboração de projetos raciais determinantes para a consolidação das desigualdades institucionalizadas. Além disso, pretendemos analisar procedimentos estéticos que partam de temáticas relacionadas à dominação racial e à necropolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Necropolítica. Arte.

**“A gente combinamos de não morrer”:
necropolítica y producción artística**

Resumen | Este artículo busca discutir cómo el racismo estructurado en la sociedad brasileña funciona como una poderosa tecnología cultural que subyace a los privilegios y exclusiones en el panorama de la vida social. Nuestro interés es comprender las articulaciones desarrolladas por los grupos dominantes en la elaboración de proyectos raciales que son decisivos para la consolidación de las opresiones que se institucionalizan. Además, pretendemos analizar procedimientos estéticos que parten de temas relacionados con la dominación racial y la necropolítica.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Necropolítica. Arte.

**“A gente combinamos de não morrer”:
necropolitics and artistic production**

Abstract | This article seeks to discuss how structured racism in Brazilian society works as a powerful cultural technology that underlies privileges and exclusions in the panorama of social life. Our interest is to understand the articulations developed by dominant groups in the elaboration of racial projects that are decisive for the consolidation of oppressions that are institutionalized. In addition, we intend to analyze aesthetic procedures that start from themes related to racial domination and necropolitics.

KEYWORDS: Racism. Necropolitics. Art.

Enviado em: 05/11/2020
Aceito em: 02/12/2020
Publicado em: 23/12/2020

Introdução

O conto *A gente combinamos de não morrer* de Conceição Evaristo (2015) é uma complexa narrativa sobre as histórias de vida das pessoas situadas à margem da sociedade. O texto é composto por situações cotidianas que se relacionam com a experiência social das pessoas pretas e representa um modo de denunciar as estratégias de violência coordenadas pelo Estado como mecanismo de controlar e exterminar corpos periféricos.

A narrativa reflete a situação das pessoas pretas no contexto brasileiro através de cenas e personagens que deflagram os modos por meio dos quais o racismo institui a sensação de desamparo, a iminência de perigo e o genocídio seletivo da população. O texto apresenta histórias que evidenciam a qualidade daquilo que é brutal e a consequência da naturalização das políticas de morte para os grupos minoritários.

Eles combinaram de nos matar, mas *A gente combinamos de não morrer* é a representação icônica da herança colonial e das distorções sociais que implementaram desigualdades na sociedade brasileira. É a síntese do confronto, da transgressão, da desobediência, sobretudo, neste contexto em que vivemos um movimento de restaurações das estruturas reacionárias no panorama das políticas nacionais e que assistimos à implementação de estratégias de regulações sociais autoritárias e violentas.

O ato de combinar de não morrer, convocado por Conceição Evaristo (2015), representa um gesto de resistência em favor da vida, uma política que se dá na própria existência, apesar do recrudescimento das desigualdades, das injustiças e das opressões sociais, do desmonte de políticas públicas direcionadas para as populações mais vulneráveis e marginalizadas e dos modos a partir dos quais o avanço da extrema-direita e do conservadorismo no país se alinham a uma lógica de produção predatória que não considera a importância e a dignidade da vida, sobretudo, das vidas pretas e periféricas.

Por isso, optamos por intitular nosso texto fazendo referência a esta condição de resistência vivida. Buscamos, neste artigo, discutir como o racismo estruturado na sociedade brasileira funciona como poderosa tecnologia cultural que fundamenta privilégios e exclusões no panorama da vida social. Nosso interesse é compreender as articulações desenvolvidas por grupos dominantes na elaboração de projetos raciais determinantes para a consolidação das desigualdades e opressões normatizadas e institucionalizadas. Além disso, abordamos a questão das políticas de morte como fatores determinados pelo racismo e analisamos procedimentos estéticos que partam de temáticas relacionadas à exclusão social e à dominação racial, examinando a partir de diferentes perspectivas artísticas fundamentações críticas sobre as consequências do racismo na sociedade brasileira.

Racismo e projetos de dominação social

Em seu livro intitulado *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon (2008) reflete sobre as condições de vida das pessoas negras na sociedade. De acordo com o autor, as invasões coloniais estabeleceram sentidos diferenciados aos grupos étn-

nico-raciais e criaram privilégios e exclusões num contexto de dominação social. Consequentemente, a exploração colonial resultou em um conjunto de alienações e complexos, a partir dos quais as culturas dominantes impuseram aos grupos étnicos minoritários a insígnia da anormalidade.

As práticas coloniais difundiram a ideia de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca seriam os únicos verdadeiros. Deste modo, a branquitude se estabeleceu como referência universal no contexto epistêmico, estético, artístico, filosófico, religioso, político, econômico, existencial e social. Os valores da exploração colonial estabeleceram estratégias de controle social que atribuíram às pessoas pretas uma condição de subalternidade, inferioridade e invisibilização.

O racismo difundido com o colonialismo operou, portanto, com a construção de diferenças por meio da origem racial em um contexto social onde a branquitude foi definida como norma e os demais grupos racialmente identificados foram compreendidos como desvio. Essas diferenças, de acordo com Kilomba (2019), encontram-se ainda hoje associadas a valores hierárquicos que determinam sentidos socialmente compartilhados e que podem gerar marginalidade, estigma, desonra racial e inferioridade ou centralidade, honra racial e superioridade a depender do grupo racial ao qual os indivíduos pertencam. O que nos leva a identificar o racismo como uma engenharia cultural fundamentalmente política que não prescinde do poder para gerar e estabelecer diferenças, preconceitos e discriminações.

Depreendemos, então, que a raça como construção social procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização e na classificação dos mecanismos a partir dos quais sentidos culturais são atribuídos aos grupos com características físicas distintas à normatividade. Segundo Moreira (2019), os projetos raciais coordenados pelos grupos dominantes permitem a construção de narrativas que organizam a percepção das pessoas tanto de si mesmas, quanto dos outros agentes sociais e, com isso, promovem a elaboração de sentidos que corroboram relações raciais hierárquicas.

Estas relações raciais hierárquicas foram historicamente forjadas com a finalidade de garantir a submissão e a destruição das populações das Américas, das Áfricas, da Ásia e da Oceania. Afinal, tal qual, nos aponta Almeida (2019) determinadas descrições que indicam que os indígenas americanos “não têm história”, são “infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais” ou que os africanos são “sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição” demonstram que a associação entre grupos humanos e animais é uma tônica comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou políticas de morte.

A desumanização das pessoas pretas é uma herança da colonização. O regime escravocrata instituiu o uso do corpo negro como mão de obra e como objeto-mercadoria no período colonial, transformando homens, mulheres e crianças negras em um tipo de produto destituído de racionalidade ou humanidade. Neste contexto, o corpo preto passou a ser objetificado como pessoa-objeto, pessoa-mercadoria, pessoa-moeda destinada à geração de lucro no sistema colonial: um corpo classificado a partir do esvaziamento de significados e do apagamento dos traços

de sua cultura de origem.

Essas relações sociais baseadas em perspectivas raciais criaram, conforme Fanon (2008), tanto um conjunto de complexos de autoridade que legitimou e justificou a exploração colonial entre o grupo dominante, quanto uma coleção de complexos de inferioridade que projetou o auto-ódio e o desejo de aproximação da branquitude nas subjetividades exploradas. Esta condição de alienação estruturou um dos efeitos mais perversos do racismo: a negação da própria cultura de origem como possibilidade de inserção e ascensão social; e, por conseguinte, como possibilidade de preservação da vida.

Desta maneira, segundo Pessanha (2018), operam-se socialmente processos de negação da presença negra: nega-se o passado, apagando aquilo que foi produzido em termos de conhecimento no continente africano; nega-se o presente, anulando as possibilidades de ascensão social e econômica, seja pelo extermínio dos corpos negros, seja pela negação do acesso à educação; e nega-se o futuro; mais uma vez pelo extermínio dos corpos negros e pela estratégia de submetê-los à uma cultura e estética impostas pela branquitude que determina como negativo tudo que se refere à cultura e ao conhecimento negro.

Por isso, no mundo colonizado por engenharias de significados brancos, as pessoas pretas encontram dificuldades na elaboração de seus próprios esquemas corporais; afinal, como sublinha Fanon (2008), o conhecimento do corpo se dá como uma atividade de negação porquanto em estruturas sociais racialmente determinadas o esquema corporal das pessoas pretas se desenvolve na relação com um esquema histórico-racial que associa a presença negra ao atraso mental, às taras étnico-raciais, ao fetichismo, à primitividade, à animalidade.

De acordo com Souza (1983), esta conjuntura cria um ciclo entrópico onde o negro no desejo de embranquecer deseja nada mais, nada menos que a sua própria extinção. Esse ciclo entrópico é uma das estratégias do racismo; afinal, matar a autoestima e gerar auto-ódio é fundamental para promover processos de desumanização, subalternização e inferiorização das subjetividades. Ao impor às pessoas pretas a insígnia da raça e classificá-las como não-humanas, os processos derivados do colonialismo e da exploração racial criaram uma categorização de seres despossuídos de racionalidade, ancestralidade e memória em uma tentativa de apagar histórias, eliminar presenças e impossibilitar perspectivas futuras.

Neste sentido, a análise de Nascimento (1978) sobre os modos a partir dos quais o genocídio das populações negras tem sido produzido de maneira deliberada na sociedade brasileira é bastante coerente. Na obra intitulada *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*, o autor indica que o genocídio do negro brasileiro vem sendo promovido por meio do uso de forças institucionais cuja finalidade é a exterminação física do grupo racial, mas também por meio de ideologias que objetivam convencer às pessoas negras de que elas só serão "pessoas" na adoção da branquitude como modelo existencial o que induz a uma destruição simbólica da população negra através de perseguições e recusas à legitimidade das línguas, das religiões e dos aspectos culturais africanos.

Em suma, o racismo enquanto estrutura de poder utiliza-se de marcadores

de diferença e procedimentos de estigmatização para recusar o direito à vida dos grupos minoritários tanto pela exterminação corporal dos indivíduos, quanto pela desintegração das instituições minoritárias e pela perseguição aos artefatos e representações culturais. Por isso, como nos aponta William (2020), todas as manifestações culturais negras foram em algum momento proibidas no Brasil, tanto a capoeira, quanto o samba e o candomblé, não apenas foram criminalizados, mas duramente perseguidos mesmo depois da abolição.

Desta maneira, compreendemos que destruir as representações simbólicas de um povo é o mesmo que acabar com a existência deste povo porquanto o embranquecimento não se limita apenas à eliminação de corpos pretos por meio de assassinatos, estupros ou encarceramentos em massa, mas também diz respeito ao extermínio dos pensamentos e das práticas da cultura negra. É, por isso, que presenciamos meninas candomblecistas sendo alvos de pedradas por usarem turbantes e vestirem-se de branco; pratos tradicionais da cultura afro-brasileira, como os acarajés, sendo apropriados pelos movimentos neopentecostais e reconhecidos como “ungidos”; a criação de uma rede de capoeiristas de Cristo que utilizam-se da capoeira para evangelizar e demonizar as culturas africanas; o não-reconhecimento do Quilombo da Pedra do Sal como Patrimônio Imaterial pelo prefeito do município do Rio de Janeiro; dentre tantas outras manifestações racistas que visam esvaziar os sentidos e promover o apagamento de traços culturais negros na sociedade brasileira.

É necessário compreender as políticas de morte para além da morte do corpo físico, mas como fenômeno social relacionado com o extermínio de todo um complexo de arranjos simbólicos e culturais: cosmovisões que garantem sustentabilidade e existência às corporeidades pretas.

Cenas da vida social: marcadores da violência

As violações das representações culturais africanas no Brasil representam uma política de morte que desconsidera os saberes, promove ataques e persegue os corpos negros até o extermínio; estas violações nos situam num panorama social que entende que as culturas e as vidas negras não importam, levando-nos a testemunhar verdadeiros casos de horror como aquele que verificamos no dia 25 de maio de 2020 e que se tornou a maior representação da luta contra o genocídio da população negra no mundo: o grito sufocado de George Floyd, morto na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos. Ele dizia: “I can’t breath” [eu não consigo respirar].

Floyd havia perdido o trabalho como segurança devido à pandemia causada pelo novo coronavírus e foi assassinado após ser preso, supostamente, por usar uma nota falsa para comprar cigarros. Durante a prisão, Derek Chauvin, um policial branco, ajoelhou-se no pescoço e nas suas costas por oito minutos e quarenta e seis segundos. Sua morte e as ações dos policiais levaram a protestos em todo o mundo do movimento ativista antirracista *Black Lives Matter* [Vidas Negras Importam], pedindo a reforma da polícia e da legislação para lidar com as desigualdades raciais.

A cena de um homem negro sendo assassinado de modo brutal nos Estados Unidos, por um representante do Estado, chamou a atenção do mundo. Entretanto,

é necessário observar que este acontecimento não representa um fato isolado, pelo contrário é comum e diário no Brasil. Na cidade de São Paulo, em 2013, Douglas Martins Rodrigues, estudante e atendente em uma lanchonete em Pinheiros, estava com o irmão de 12 anos de idade a uma quadra de casa. Eles seguiam para um campeonato de pipas quando um carro da polícia passou pelos dois e encostou. Os policiais haviam ido atender a uma ocorrência de perturbação de sossego; mas, desceram do carro atirando. A última frase de Douglas “Por que o senhor atirou em mim?” virou símbolo de protestos contra a violência policial. O policial Luciano Pinheiro Bispo quem atirou em Douglas declarou na Justiça Militar que o disparo foi acidental. Em 2016, foi absolvido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo pela morte de Douglas - o juiz considerou que faltavam provas para determinar se o tiro havia sido intencional ou não, e a defesa alegou que havia um problema na arma utilizada pelo policial.

No Rio de Janeiro, em 2014, Claudia Silva Ferreira foi morta aos 38 anos de idade e arrastada por 350 metros por uma viatura da Polícia Militar na zona norte da cidade. Claudia havia saído para fazer feira quando a Polícia Militar iniciou uma operação no Morro da Congonha em Madureira. Houve troca de tiros na chegada dos policiais e Claudia foi baleada por um tiro que atingiu seu pulmão e coração. Em seguida, foi colocada dentro de um carro policial que a levaria ao hospital. Entretanto, no trajeto, Claudia caiu do porta-malas, permanecendo pendurada por uma peça de roupa presa no para-choque do carro e sendo arrastada por cerca de 350 metros. Ela chegou morta ao hospital, mas nenhum dos policiais acusados do homicídio e da remoção do cadáver de Cláudia foi punido por insuficiência de provas para a condenação.

No Rio de Janeiro, em 2019, Evaldo Rosa dos Santos, músico, estava levando sua família para um chá de bebê. No carro estavam ele, seu sogro, sua mulher, seu filho de sete anos e uma amiga da família. Naquela tarde, os militares confundiram o carro da família com o de um bandido e efetuaram 257 tiros de fuzil e pistola. Quando Evaldo dos Santos não conseguiu mais conduzir o veículo, seu sogro que estava sentado ao lado tomou a condução até que o carro perdesse força. As pessoas que se encontravam no carro se abrigaram num edifício. Nesta ocasião, o caçador Luciano Macedo correu para tentar socorrer o ferido, mas também foi morto. Não foram encontradas armas ou outros objetos de crime com as vítimas. Seis dias depois do caso, o presidente Jair Bolsonaro disse que o Exército não havia matado ninguém e que o caso era um incidente. “O Exército não matou ninguém. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino. Houve um incidente. Houve uma morte. Lamentamos ser um cidadão trabalhador, honesto”, afirmou, na época. Nove dos militares ficaram presos preventivamente por um mês e meio, mas foram soltos por maioria de votos no Superior Tribunal Militar.

As mortes ocasionadas pela atuação policial ou militar são trágicas e representam um alto grau de seletividade da letalidade policial em relação a determinados grupos; entretanto, não representam novidade. De acordo com Oliveira (2020) há uma forte relação entre esses assassinatos e o processo histórico do colonialismo, uma vez que esses acontecimentos sintetizam de forma brutal a forma como a

raça se tornou uma das chaves centrais do processo colonial de transformação das diferenças em desigualdades. Essas desigualdades criam no contexto das sociedades contemporâneas campos de valores que determinam, por sua vez, quem pode viver e quem pode morrer, aquilo que compreendemos como necropolítica¹.

Segundo o filósofo Achille Mbembe (2020), a necropolítica é a política de morte estabelecida a partir de parâmetros que demarcam agrupamentos e pessoas que podem ser expostas, excluídas e exterminadas pelo Estado. Nessa perspectiva, o racismo é compreendido como uma tecnologia destinada à regulação e distribuição da morte; o racismo torna possível as funções assassinas do Estado porque no contexto da necropolítica as pessoas que integram grupos raciais minoritários passam a sofrer todos os efeitos relacionados com a perseguição racial estruturada na sociedade.

Conforme o Atlas (2020), uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são significativamente menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução nos últimos anos.

É importante sublinhar que a grande maioria das pessoas mortas por intervenções policiais no Brasil são negras. Existe, então, uma distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer que se constrói por meio do corpo. Entre 2017 e 2018, segundo dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dos 6.220 registros de mortes por intervenções policiais daquele ano, 75,4% eram pessoas negras, sendo que, segundo dados do IBGE, esse grupo representa 55% da população. Além disso, 99,3% eram homens e 77,9% vítimas tinham entre 15 e 29 anos de idade. O dado objetivo é esse: no Brasil, o Estado através das forças de segurança pública mata mais negros, homens e jovens.

O racismo atravessa os corpos das pessoas em sociedade, ele é sentido nas corporeidades e na construção das subjetividades que compõem as minorias étnicas. Ora, se o pensamento só é possível por meio do corpo (NOGUERA, 2011) e o racismo atravessa a experiência do homem e da mulher no mundo a partir da corporeidade, é fácil presumir que o racismo afeta nossos pensamentos, saberes, presenças e coordena o desaparecimento do corpo preto na sociedade.

Esta percepção nos leva a perceber que a necropolítica está estritamente relacionada com o desaparecimento das pessoas pretas na vida social, mas também com a fragilização das suas presenças. E, nos faz depreender que precisamos elaborar ações e estratégias para que estes corpos vivam, se fortaleçam e se tornem visíveis. Um dos caminhos possíveis é a busca e a estruturação de conhecimentos sobre as nossas próprias histórias, a valorização das nossas relações com as tradi-

¹ De acordo com Pessanha & Nascimento (2018), é possível que a linha tênue que separa o significado entre necropolítica e genocídio esteja na sua forma de execução. Para os autores, enquanto Mbembe descreve o necropoder como uma ocupação colonial moderna, o conceito de genocídio é cunhado pela primeira vez para se referir ao extermínio de judeus, ciganos, poloneses entre outras etnias durante a segunda guerra mundial.

ções ancestrais e a identificação nas memórias africanas e afro-diaspóricas das razões de nossa existência. É preciso aprender a amar a negritude, como nos ensina hooks (2019), para levar adiante o combinado de não morrer.

Criação artística: abordagens críticas à necropolítica

Na obra intitulada *Olhares negros: raça e representação*, hooks (2019) nos apresenta a ideia de que amar a negritude é um ato fundamental para a libertação das subjetividades pretas. Em linhas gerais, a autora nos indica que as pessoas negras que aprendem a amar a negritude, descolonizam as próprias mentalidades e rompem com o pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização. Por outro lado, hooks (2019) aponta que amar a negritude é uma aventura perigosa porquanto pessoas pretas são socialmente punidas por ousar romper com o *status quo*, sendo vistas como arrogantes, ameaçadoras, pouco cordiais e até mesmo racistas.

A ideia de amar a negritude e operar com marcadores que valorizem a presença e a experiência vivida por pessoas pretas é estranhamente compreendida pelos brancos como uma manifestação social de separatismo, como uma tentativa de gerar hostilidades raciais ou como um sinal de racismo reverso. Por mais que entendamos o racismo como estrutura de poder que se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica e que, por isso, membros de grupos minoritários não podem impor desvantagens a membros de outros grupos majoritários, essas narrativas de racismo reverso são poderosas e buscam sublinhar o amor à negritude como um processo incoerente e relacionado à vitimização.

O autoamor é a representação do empoderamento e uma intervenção revolucionária que desarticula as práticas de dominação. Amar a negritude como prática de existência política transforma nossas formas de viver no mundo e cria condições para que organizemos ações no enfrentamento ao racismo e às opressões. A ideia é amar para se engajar, para criar, para combater às políticas de morte, para existir e para viver. A promessa de amar a negritude cria uma resistência na interação consciente com as representações dominantes e a geração afetiva de relações de oposição mobilizadas por meio de uma prática a favor das vidas; afinal, vidas negras importam.

Neste sentido, inúmeros artistas pretos e inúmeras artistas pretas têm amado a negritude invocando uma força revolucionária e desobediente em seus processos de criação para reivindicar existência àqueles que têm sido perseguidos, expostos e mortos por meio do Estado. Estes artistas e estas artistas vêm criando arenas de luta política e gerando práticas artísticas com a finalidade de ampliar discursos, imagens, criações, marcadores da presença preta no mundo e, com isso, aumentar sua capacidade de viver profunda e plenamente.

Dentre estas inúmeras produções artísticas racialmente identificadas como arenas de resistências pretas, destacamos três obras: *Xica de Francisco André (Bahia)*; *Buraquinhos ou o vento é inimigo do picumã* de Jhonny Salaberg (São Paulo) e *Travessias ou travessuras?* de Dendê Ma'at (Paraíba). Estes trabalhos criam possibilidades sensíveis de reivindicar a partir de estéticas e poéticas artísticas o

direito à vida e problematizam a dor da perda estampada nos dados oficiais sobre o aumento do genocídio da população preta.

O espetáculo *Xica*, baseado em fatos, conta a história de Francisco Manicongo, negra africana, escravizada, quimbanda, considerada a primeira travesti não-indígena do Brasil. O espetáculo é uma realização do Coletivo Das Liliths que atua na cidade de Salvador fomentando debates acerca da diversidade de gênero e a quebra de paradigmas no âmbito da sexualidade através das Artes da Cena.

A narrativa sobre *Xica* é sinônimo de resistência; afinal, em um período histórico em que qualquer questionamento acerca do sexo biológico era analisado como heresia, a protagonista recusa-se a usar roupas masculinas e a atender por seu nome de batismo sendo por isso denunciada.

A peça representa, então, a primeira visita da Inquisição em Salvador que acusava Xica do crime de sodomia devido às suas práticas sexuais com outros escravos, à recusa em atender por seu nome de batismo e ao uso de vestimentas femininas. A legislação colonial equiparava a sodomia ao crime de lesa-majestade imputando aos réus e às réas condenação na fogueira em praça pública e, por isso, toda a dramaturgia revela os conflitos, interesses e contradições estruturados a partir do inquérito que traz Xica como um corpo preto perigoso para a sociedade branca.

Este empreendimento cênico aponta para o contexto colonial e os modos a partir dos quais a sociedade legitimava usos e abusos do domínio da corporeidade preta por meio da intervenção religiosa. Certamente, a peça revela por meio da encenação do processo histórico do colonialismo formas de opressão a partir de parâmetros interseccionais que condensam de modo violento as políticas de morte que desde então vem sendo gestadas na sociedade brasileira.

Na peça *Buraquinhos ou o vento é inimigo do picumã* a dramaturgia traz para a cena a história de um menino negro de doze anos de idade, morador do bairro de Guianases, localizado na zona leste de São Paulo que após as celebrações do Ano Novo vai à padaria comprar pão à pedido de sua mãe. No retorno para a casa, o menino é abordado por um policial e a partir daí começa uma trajetória de luta pela sobrevivência.

O protagonista corre construindo a cada passo um corpo sem órgãos e passando por países da América Latina e da África. Pelo caminho, ele encontra várias personagens – arquétipos sociais – que costuram os acontecimentos da história. Ao longo do percurso, o menino é atingido por 111 tiros de arma de fogo do policial que o persegue, configurando-se como um corpo cheio de buraquinhos e uma metáfora ao descarrego de ódio pelo Estado contra a população negra. O espetáculo conquanto traga elementos do universo infantil, cria uma ambiência cênica-racial cujo principal objetivo é fazer uma denúncia ao genocídio da população jovem, preta e periférica através de uma narrativa amparada no realismo fantástico.

Buraquinhos ou o vento é inimigo do picumã se apropria da dimensão da leveza para tratar da densidade dos projéteis sutis que atravessam nossos corpos conduzidos pela força do vento. A montagem é elaborada por imaginários comoventes: um rapaz que tenta chegar em casa com uma sacola de pães que vai dando

lugar aos órgãos e aos sentidos perdidos durante a corrida pela vida.

A dramaturgia revela um processo de reinvenção das sabedorias africanas para a contação da história: um modo de contar nossa dor a partir da experiência da própria dor num contexto diaspórico. A peça dramatiza o racismo estruturado na sociedade brasileira e a institucionalização e instrumentalização das forças policiais a favor de uma política de morte que tem como alvo as subjetividades pretas.

Por sua vez, a vídeo-dança *Travessias ou travessuras?* concebida e interpretada por Dendê Ma'at elabora uma narrativa emocionante por meio de depoimentos de pessoas que perderam familiares através de forças policiais. No vídeo, a intérprete traz o corpo como expressão máxima da diáspora africana no Brasil e apresenta a dança como ação cognitiva do corpo, tal qual aponta Silva (2020).

A vídeo-dança é composta de imagens do mar e imagens do corpo de uma mulher negra em sobreposição. A mulher encontra-se deitada no chão retida em uma rede de pesca e realiza movimentações arrítmicas e vibratórias. As imagens são acompanhadas de depoimentos que trazem para o vídeo casos de mortes da população jovem, pobre, preta e periférica. São inúmeras frases que provocam dor e demonstram o tratamento que a sociedade brasileira tem testemunhado a estas vidas: "foi uma farda que veio e tirou a vida do nosso filho, com o dedo indicador do Estado"; "a perna dela direita, tava parecendo a banha do lado de dentro"; "se eles arrastam ela mais, de repente aparecia o osso"; "não tinha cabelo dela na parte direita também [...] eles arrastaram a Cacau, eles maltrataram dela"; "eles disseram que ela era envolvida, envolvida com o quê?"; "a única coisa que a gente sabe que ela era envolvida era com a vassoura, com o pano de chão e com a pá da Nova Rio"; "mataram a mulher na maior covardia, arrastaram o corpo dela"; "essa é a polícia que diz que faz a segurança, mas todo dia manda centenas de pessoas pro cemitério"; "baleou a garota e agora fala que foi o bandido"; "essa é a polícia do Cabral, instruída pelo Cabral"; "hoje eu sou uma inimiga do Estado"; "o Estado veio para matar, roubar e destruir"; "meu filho estava no lugar certo e na hora certa"; "meu filho nunca foi um traficante, ele era um estudante"; "mãe, o blindado me deu um tiro, eles não me viram com roupa de escola, mãe?"; "matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, uma garota de futuro"; "uma garota que fala inglês, faz aula de balé"; "oito anos de idade, perdi minha neta"; "me deparei com cinco adolescentes sentados no chão e faltava um"; "lá meu filho estava morto, um garoto de quatorze anos".

Esses anúncios em forma de dor, grito e descrença apresentados pelos familiares das vítimas assassinadas pelas forças policiais denunciam que as vidas pretas não têm importado numa sociedade orientada estruturalmente pelo racismo. As frases desenham uma arena de hostilidade e apontam o Estado como inimigo das populações mais vulneráveis, além de denunciarem uma forma de solidariedade baseada na dor (PIEDADE, 2019).

Depreendemos que esses espetáculos e processos criativos denunciam de formas diversas e variadas os abusos de poder associados à necropolítica: corpos são perseguidos, condenados e exterminados pelas forças institucionais que compõem a sociedade brasileira. Os trabalhos artísticos em questão, baseados em fatos,

buscam criar poéticas e estéticas transgressoras a partir de hábitos e referências não normativas e, deste modo, formam um novo panorama de conceitos e sentidos para as vidas pretas.

Os empreendimentos artísticos são racialmente estruturados e, por isso, nos convocam a refletir sobre os desafios existenciais das pessoas pretas numa sociedade anti-negro; mas, nos convidam, igualmente, a amar a negritude. O amor é compreendido como a performance da revolução que desarticula as práticas de dominação e gera campos pretos de entendimento da vida. É, nesse sentido, que as propostas cênicas se estruturam como atos de combate ao racismo: elas são atos de amor favoráveis à presença preta no mundo.

Considerações finais

Buscamos, ao longo deste artigo, identificar pontos relacionados com o racismo estrutural, as operações necropolíticas e as produções artísticas desenvolvidas a partir de olhares e representações poéticas de que as vidas pretas importam. Tomamos como eixo de discussão a violência cometida contra as pessoas pretas, pobres, periféricas com a finalidade de provocar reflexões sobre os modos a partir dos quais a sociedade brasileira tem configurado e executado projetos genocidas para as populações pretas e periféricas.

Por isso, os trabalhos artísticos compartilhados apontam processos poéticos que denunciam o racismo, marcam a grave crise causada pelas políticas de morte e sublinham o supremacismo branco como força de violência contra os grupos minoritários. Cada um destes projetos artísticos cria imagens que desafiam e rompem com as representações convencionais da pretitude e da branquitude, associando as pessoas pretas ao alvo de um Estado branco, racista, genocida e que está com a arma na mão.

As operações poéticas e artísticas não estão, por isso, preocupadas em associar às pessoas pretas às expressões positivas, mas a ideia da complexidade da existência estruturada por perseguição, dor, morte e luto. Existe um esforço em cada uma das obras de racializar a branquitude e, com isso, indicar os rastros e os impactos das instituições brancas sobre as subjetividades pretas.

As obras artísticas em questão nos convidam a reavaliar o racismo estruturado, a discutir as políticas de morte desenvolvidas pelo Estado e, ao mesmo tempo, nos apontam projetos de vida rompidos, famílias despedaçadas e subjetividades destruídas. As propostas estéticas racializam a branquitude a partir da perspectiva preta e nos apresentam a necessidade de reivindicarmos a existência e o valor das vidas pretas.

Com efeito, o que se vem constatando no panorama social brasileiro é que há um modo não de conscientizar a população sobre problemáticas reais, como o racismo, mas sim uma busca pelo silenciamento das discussões. Percebemos, com isso, que ao invés de se combater uma política criminosa contra grupos raciais não-hegemônicos, demoniza-se e persegue-se aqueles que tentam promover a discussão: as pessoas pretas.

O que se pretende é cercear todo ato de pensar, debater, criar e lutar em

favor das vidas pretas. O que se deseja é a manutenção de uma estrutura social racista e a garantia de vantagens e privilégios para determinados grupos em detrimento de outros. O que se planeja é a conservação do Estado como arma assassina, não no sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico.

O ódio concebido pela branquitude ao outro é resultado do racismo levado ao extremo com as conquistas coloniais. Esse ódio tem privado as pessoas pretas de felicidade, amor e liberdade. Neste momento, em que eles combinaram de nos matar e *A gente combinamos de não morrer*, faz-se necessário devolver às pessoas aquilo sem o que se tem criado ambiências de medo, ódio e morte: o amor às vidas negras.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ATLAS. **Atlas da Violência 2020**. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso: 20 out. 2020.

EVARISTO, Conceição. **A gente combinamos de não morrer**. In.: **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

hooks, bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a Filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas**. Griot - Revista de Filosofia. [S.L]. v. 4, n. 2, p. 1-19, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. **A Quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade**. Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais, v. 1, n. 1, jan-jun/2020.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica & Epistemicídio: as faces ontoló-**

gicas da morte no contexto do racismo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Metafísica, 2018.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo.; NASCIMENTO. Wanderson Flor do. **Necropolítica: Estratégias de extermínio do corpo negro.** In.: ODEERE, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 149-176, 2018.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2019.

SILVA, Bruno de Jesus da. **Opaxorô, Ofá e Oxê: legado, narrativas de danças de Mestre King e Jorge Silva.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Dança, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.